

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	29
Desenvolvimento da pesquisa	47
 CAPÍTULO 1	
A TUTELA JURÍDICA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE CURATELA	51
1.1 CONCEITO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE CURATELA: UMA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ACRESCEIDA E SUPERVULNERABILIDADE	52
1.2 PENSAR A VULNERABILIDADE À LUZ DO PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE ...	65
1.3 ARCABOUÇO NORMATIVO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE CURATELA	67
1.3.1 A Constituição Federal de 1988: da segregação ao reconhecimento de direitos humanos	68
1.3.2 Da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência: o novo modelo social de deficiência	74
1.3.3 A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: o novo modelo social de deficiência no direito brasileiro – Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015	80
1.3.4 O novo instituto da curatela: da invisibilidade à personalização	88
1.3.4.1 Revisão histórica	89
1.3.4.2 O novo sistema de (in)capacidades e a repersonalização da pessoa com deficiência do direito civil	97
1.3.4.3 A nova curatela	99
1.3.5 O processo judicial: o que há de novo, o que há de velho	103
1.3.5.1 Ampliação do rol de pessoas legitimadas à propositura da ação – arts. 747 e 748, CPC	107
1.3.5.2 Demonstração da incapacidade para administração dos bens e do momento em que a incapacidade se revelou x anomalia psíquica – art. 749, CPC	108
1.3.5.3 Apresentação de laudo médico com a petição inicial – art.750, CPC	109
1.3.5.4 A escuta da pessoa em situação de curatela: entrevista x interrogatório	110

1.3.5.5	Ampliação do prazo de defesa: curador especial para defender interesses da pessoa em situação de curatela.....	112
1.3.5.6	Prova pericial para avaliação da capacidade para prática de atos da vida civil: equipe multidisciplinar.....	113
1.3.5.7	Da sentença.....	115
1.3.5.8	Levantamento da curatela.....	118
ENCERRAMENTO DO CAPÍTULO		120

CAPÍTULO 2

QUEM É A PESSOA EM SITUAÇÃO DE CURATELA DOS PROCESSOS JUDICIAIS – DADOS EXISTENCIAIS.....		123
2.1	PANORAMA GERAL EM NÚMEROS.....	129
2.2	DADOS EXISTENCIAIS	134
2.2.1	O primeiro recorte: gênero.....	134
2.2.2	O segundo recorte: idade.....	136
2.3	AS CAUSAS DA REDUÇÃO DA CAPACIDADE DE EXPRESSÃO E DE AUTODETERMINAÇÃO: PREVALÊNCIA DE REFERÊNCIA AO QUADRO CLÍNICO	139
2.3.1	Características dos sujeitos de acordo com os principais quadros clínicos identificados	143
2.3.1.1	Campeão de ocorrências – G30 - Doença de Alzheimer	144
2.3.1.2	O segundo lugar em ocorrências – F20 - Esquizofrenia	147
2.3.1.3	Retardo Mental Moderado	149
2.3.1.4	Retardo mental grave.....	151
2.3.1.5	Epilepsia.....	153
2.3.1.6	Demência não especificada.....	155
2.3.1.7	Acidente Vascular Cerebral.....	158
2.3.1.8	Sequelas de doenças cerebrovasculares	160
2.3.1.9	Demência vascular	161
2.3.1.10	Demência na doença de Alzheimer.....	163
ENCERRAMENTO DO CAPÍTULO		165

CAPÍTULO 3

O SISTEMA DE JUSTIÇA.....		171
3.1	ATORES DO SISTEMA DE JUSTIÇA.....	175
3.1.1	Perfil de quem propõe a ação: protagonismo feminino	176
3.1.2	Quem patrocina a ação	178
3.1.2.1	Advocacia – Defensoria Pública – Ministério Público.....	179

3.2	DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA NAS AÇÕES DE CURATELA DA 1ª VARA DE SUCESSÕES, ÓRFÃOS E INTERDITOS DE SALVADOR.....	181
3.3	DO DESTAQUE DE TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA	182
3.4	A EXTINÇÃO DE PROCESSOS SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO: ABANDONO DA CAUSA, DESISTÊNCIA OU ÓBITO DURANTE O CURSO DA AÇÃO	183
3.4.1	Ações extintas devido ao óbito da pessoa em situação de curatela.....	184
3.4.2	Ações extintas por abandono da parte ou desistência	185
3.5	ESTRUTURA DO JUDICIÁRIO NO BRASIL	186
3.5.1	Representatividade da amostra.....	187
3.5.1.1	Participação dos tribunais por região do país	187
3.5.1.2	Participação dos tribunais por porte	188
3.5.2	Acesso à justiça: a escassez de Juízos privativos no Brasil.....	189
3.5.2.1	Tramitação concorrente com ações de naturezas diversas.....	190
3.5.3	Do interrogatório à entrevista: será que mudou?.....	191
3.5.3.1	Manutenção da referência a “audiência de interrogatório” em atos judiciais.....	192
3.5.3.2	Ausência de especialista para acompanhar entrevista.....	194
3.5.4	A avaliação pericial: resistência ao novo	197
3.5.4.1	As equipes multidisciplinares	198
3.5.4.2	Quem faz a avaliação pericial	202
3.5.5	Acompanhamento pós-curatela	203
3.6	ANÁLISE DE DECISÕES JUDICIAIS PROFERIDAS EM AÇÕES DE CURATELA NO BRASIL	205
3.6.1	A gratuidade da justiça no conteúdo das sentenças.....	206
3.6.2	A utilização das expressões “interdição” e “incapacidade absoluta” nos julgados.....	207
3.6.3	Outras observações extraídas das sentenças	208
3.7	A ATUAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	209
3.7.1	Iniciativas normativas referentes aos direitos das pessoas com deficiência....	210
3.7.2	Ações do Comitê dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Âmbito Judicial	212
3.7.3	Série Justiça Pesquisa – Estudos empíricos das demandas envolvendo pessoas com deficiência – outras observações referentes às ações de curatela.....	214
3.7.3.1	Principal ponto crítico: capacitação	215
3.7.3.2	Aplicação da Lei n. 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão.....	219
3.8	BOAS PRÁTICAS DE TRIBUNAIS BRASILEIROS	219
	ENCERRAMENTO DO CAPÍTULO	221

CAPÍTULO 4

O QUE É E O QUE NÃO PODE SER	223
------------------------------------	-----

4.1	OS SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE CURATELA E AS SALVAGUARDAS PREVISTAS NA LEI N.13.146/2015 – PANORAMA	224
4.1.1	A valorização da pessoa e as salvaguardas encontradas no art. 6º do EPD	224
4.1.2	O debate sobre dignidade a partir das características existenciais das pessoas com deficiência nos processos de curatela da amostra de pesquisa	227
4.1.3	O papel da família	232
4.1.3.1	Pensando o cuidado	233
4.1.3.2	Uma política nacional do cuidado	236
4.2	DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO SISTEMA DE JUSTIÇA	243
4.2.1	Liderança da advocacia, estrutura deficiente das defensorias públicas, gratuidade de justiça	245
4.2.2	Sistema de processo eletrônico – ausência de destaque ou marcação de tramitação prioritária, conservação de expressões como “interrogatório”, “incapacidade”, “tutela e curatela”: o futuro que ainda não chegou	246
4.2.3	Elevado número de processos em que não se chega à decisão com exame do mérito: tempo de duração do processo	249
4.2.4	Ausência de especialização: concorrência das ações de curatela com ações de naturezas diversas	250
4.2.5	A prova nos processos de curatela: laudo médico, predominante referência à CID, baixa referência ao CIF, ausência de especialistas nas audiências, escassez de equipes multidisciplinares, acompanhamento posterior à medida	251
4.2.6	Sentenças-padrão: pouca individualização, “incapacidade absoluta”	257
4.2.7	Acompanhamento posterior à sentença que julga procedente pedido de curatela: inexistência	259
4.2.8	Falta de capacitação dos atores do sistema de justiça: o esquecido Artigo 13.2 da CDPD	260
4.2.9	O Conselho Nacional de Justiça: necessidade de normatização e de políticas voltadas para ações de curatela	261
4.3	SUGESTÕES: AÇÕES DOS TRIBUNAIS – ESTRATÉGIAS PARA ASSEGURAR A DIGNIDADE DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE CURATELA	264
	ENCERRAMENTO DO CAPÍTULO	266
	CONCLUSÃO	271
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	278
	REFERÊNCIAS	283
	APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	291
	APÊNDICE 2 - JULGADOS ANALISADOS, POR ESTADO E ANO	294
	ANEXO I - OFÍCIO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, ENCAMINHANDO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ÀS DEMAIS CORREGEDORIAS DE JUSTIÇA ESTADUAIS	297
	ANEXO II - REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA, PARA ACESSAR DADOS E PROCESSOS, PARA FINS DE PESQUISA	300